



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Conselho Estadual de Meio Ambiente
ATA DA 59ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA
São Luís, MA, 25 de maio de 2023

1. Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 14 horas, foi aberta a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, que foi realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão, Palácio Manuel Beckman, no Plenário Gervásio Santos (“Plenarinho”), localizado na Av. Jerônimo de Albuquerque, Sítio do Rangedor – Calhau – São Luís/MA;
2. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, às 14 horas, cumprimentou os presentes e fez a verificação de *quórum*, informando que o quantitativo era insuficiente para iniciar a reunião. Informou que iria aguardar mais 30 minutos para nova verificação de *quórum*. Após nova verificação, foi constado quantidade suficiente para prosseguimento da reunião;
3. Estiveram presentes os membros:
 - I. **ANDRÉ AUGUSTO KERBER INTROVINI**, representante da Fazenda São Bernardo, Suplente;
 - II. **ANTÔNIO FERNANDES CAVALCATE JÚNIOR**, representante da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Maranhão – ADEMI-MA, titular;
 - III. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, suplente;
 - IV. **CASSIANO RICARDO CORDEIRO BASTOS**, representante da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte, Suplente;
 - V. **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA**, representante da Associação dos Apicultores e Fruticultores de Governador Nunes Freire – FRUTAMEL, suplente;
 - VI. **ELAINE AMORIM CARVALHO**, representante Associação Comunitária ITAQUI-BACANGA, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- VII. **FERNANDO BERGMANN**, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SAGRIMA, Suplente;
- VIII. **FRANCESCO CERRATO**, representante da Virtú Ambiental Sociedade Unipessoal LTDA, suplente;
- IX. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, representante do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos e Cidadania, Titular;
- X. **FRANCISCO EDILTON LIMA DE OLIVEIRA**, representante da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE, suplente;
- XI. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, representante do Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, Suplente;
- XII. **JADSON PINHEIRO SANTOS**, representante da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, suplente;
- XIII. **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, representante da Centro de Trabalho Indigenista – CTI, titular;
- XIV. **JÉSSICA PIRES FERNANDES SILVA**, representante da BRK Ambiental, titular;
- XV. **KARLA POLLYANNA MACIEL**, representante da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A, suplente;
- XVI. **LUCIANO SANTOS PINHEIRO**, representante da Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, titular;
- XVII. **LUZENICE MACEDO MARTINS**, representante da Assembleia Legislativa do Maranhão - ALEMA, suplente;
- XVIII. **MARCO AURÉLIO LINDOSO DE BRITO - CEL.QOPM**, representante da Polícia Militar do Maranhão – PMMA – BPA, titular;
- XIX. **RAFAELA MARIA SERRA DE BRITO**, representante da AIR SEMEAR Consultancy Eireli, suplente;
- XX. **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, Representante do Instituto Ecológico Martim Pescador – IEMP, Suplente;
- XXI. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, representante da Sociedade Maranhense de Defesa a Moradia Digna, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- XXII. **THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA**, representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, titular;
- XXIII. **VIVIANE VAZZI PEDRO**, representante da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, titular;
- XXIV. **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, representante da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, titular;

3. Lista de Participantes:

- I. Adriana Silva Bayma - CONSELHOS/SEMA;
- II. Adriano Nascimento Aranha – SEV/SEMA;
- III. Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura - ALEMA;
- IV. Antônia da Silva e Silva - SEMA/CONSELHOS;
- V. Camilla de Sousa Viegas Barros - ASPLAN/SEMA;
- VI. Claudio Marcos C. Cutrim – SEV/SEMA;
- VII. Hadina Bianca Cutrim Silva – CONSELHOS/SEMA;
- VIII. José Ramiro Esteves R. – ENEVA;
- IX. Juliana Karolliny da Silva Ferreira – SEMA;
- X. Julienny Cibelle de M. Chaves - SRS/SEMA;
- XI. Lennise Maria Passos Portela - Secretária Executiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA;
- XII. Leonardo de Jesus M. Viana – SRH/ SEMA;
- XIII. Luisa Helena Waquin Moreira - CONSELHOS/SEMA;
- XIV. Luisa C. de Santana – ALEMA;
- XV. Kiara Mesquita - SRH/ SEMA;
- XVI. Marcelo Bueno – APROSOJA;
- XVII. Mariana Nunes de O. Fernandes – AGROSERRA;
- XVIII. Sérgio Delmiro – APROSOJA.

4. **Justificaram ausência:**

- I. Antônio da Conceição da Silva - FETAEMA;
- II. Felipe Carvalho Barbosa Costa – FAMEM;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- III. Flavia Patrícia Soares Rodrigues – PGE;
 - IV. Morgana Meirellyz Queiroz Fernandes - Associação Justiça dos Trilhos;
 - V. Nilmar Xavier de Almeida Neto – SERRACAL;
 - VI. Raimundo Nonato Moraes Andrade - Movimento Arariba;
 - VII. Vitor Hugo Souza Moraes – ISPN.
5. O Vice Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, abriu a reunião, se apresentou e justificou a ausência do atual Presidente, Pedro Chagas. Colocou o item - 2. Aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária do CONSEMA, para manifestação.
6. O Conselheiro **FERNANDO BERGMANN**, pediu para realizar a correção do nome da SAGRIMA e retirar o “Pesca”, pois não possui mais;
7. Não havendo mais manifestações, o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, abriu para aprovação a Ata da 21ª Reunião Extraordinária do CONSEMA. Sem objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Passou então para o item - 3. Ordem Dia:
- 3.1. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e de requerimentos de urgência, por escrito ou verbal.
8. O Conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, pediu para entregar formalmente ao CONSEMA e para a SEMA, um documento onde retrata a situação ambiental da região do Parque Estadual do Mirador, onde é proposto algumas medidas. Leu o Ofício nº 040/CTI 2023 - PROPOSTA PARA CONSERVAÇÃO DA REGIÃO DO PARQUE ESTADUAL DO MIRADOR E TERRAS INDÍGENAS. Após leitura do documento, o entregou juntamente com o diagnóstico ao vice presidente.
9. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, colocou para aprovação do plenário o recebimento do documento. Sendo este, aprovado por unanimidade.
10. O Conselheiro **CASSIANO RICARDO CORDEIRO BASTOS**, pontuou que seria mais pertinente se houvesse números (dados), pois, generaliza toda uma região, mas sem uma quantificação fica sem saber como tomar uma decisão. Pontuou que se há uma preocupação em aumentar, envolvendo mais algumas comunidades, que seja quantificado, pois com a quantificação saberá o quanto será impactado no desenvolvimento da região. Pontuou que as informações foram muito bem trazidas ao plenário.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

11. O Conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, esclareceu que os dados estão no diagnóstico impresso e se comprometeu a disponibilizar ao plenário o diagnóstico digitalizado.
12. O Conselheiro **LUCIANO SANTOS PINHEIRO**, sugeriu que fosse solicitado em um momento de pauta que tal diagnóstico fosse apresentado com recursos visuais ao conselho.
13. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, pediu para que tal sugestão fosse inclusa em pauta para próxima reunião.
14. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou para aprovação a apresentação da referida pauta na próxima reunião, sendo esta aprovada por unanimidade.
15. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, passou para o item – 4. Apresentação dos resultados das ações da SEMA custeadas pelo Fundo Especial de Meio Ambiente. Colocou para a aprovação do plenário as apresentações, sendo estas aprovada por unanimidade. Passou então a palavra para a servidora da SEMA, Juliana Karolliny da Silva Ferreira, para apresentar as ações estratégicas da Superintendência de Recursos Florestais.
16. A servidora **JULIANA KAROLLINY DA SILVA FERREIRA**, apresentou-se e iniciou a apresentação falando das ações de combate ao desmatamento e queimadas no âmbito local, regional e global, sendo o Plano de Ação de Combate ao desmatamento e queimadas (PPCDQ/MA); Programa Maranhão sem Queimadas; Boletim de Monitoramento de Queimadas; Boletim de Desmatamento; Boletim de Monitoramento de Imóveis Rurais; Boletim de monitoramento de ASV; Monitoramento de denúncias de conflitos socioambientais. Quanto ao Plano de Ação de Combate ao desmatamento e queimadas - PPCDQ/MA, pontuou que o mesmo compreende quatro eixos: o eixo de regularização e ordenamento fundiário, o eixo de monitoramento e controle, o eixo de fomento as atividades sustentáveis e o eixo de governança, gestão da informação e transparência. Informou que foi um plano instituído pelo Decreto Estadual nº 27.317/2011, e está em processo de atualização, e que todo o plano de trabalho e o cronograma já foram traçados para dar início na ação de atualização. Pontuou que quanto as responsabilidades dos partícipes, a SEMA é o órgão coordenador, responsável pelo planejamento, coordenação, definição de prioridades, convocação de reuniões. E os órgãos executivos são: SEMA, CASA CIVIL, SAF, SAGRIMA, SECAP, SECTI, SEDES, SEDIHPOP, SEDUC, SEINC, SEPLAN, SETUR E UEMA, sendo estes responsáveis pelo



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

suporte técnico e administrativo, articulação com parceiros e secretariado. É de responsabilidade, de acordo com decreto Estadual nº 27.317/2011: I - Auxiliar na elaboração da atualização do Plano para consulta pública, que conterà um diagnóstico do desmatamento e das queimadas no Estado, as diretrizes, os objetivos do Plano e as ações e metas para redução do desmatamento; II - Apoiar na articulação de parcerias para viabilizar a implementação do Plano; III - Gerar relatórios semestrais de monitoramento e acompanhamento da implementação do Plano; IV - Propor medidas para superar eventuais dificuldades na implementação do Plano. Todos esses órgãos fazem parte do grupo permanente de trabalho interinstitucional, ou seja, todos esses participarão do processo de atualização do Plano de Ação de Combate ao desmatamento e queimadas - PPCDQ/MA. Apresentou também o Programa Maranhão Sem Queimadas, que tem o objetivo de reduzir os focos de incêndio e minimizar os impactos ambientais causados por atividades antrópicas, como desmatamento, agricultura e pecuária, a fim de proteger o meio ambiente e promover a qualidade de vida da população maranhense. Pontuou que tenta sempre priorizar os municípios que fazem parte do bioma cerrado onde há uma recorrência de maior de queimadas. Ditou os municípios que foram contemplados no ano de 2022, sendo Mirador, Balsas, Lago da Pedra, Pedreiras, Grajaú, Barra do Corda, Santa Inés, Caxias, Chapadinha, São João dos Patos, Buriti Bravo, Alto Parnaíba, Coroatá, Bacabal, Pinheiro, Imperatriz e Trizidela do Vale. Em 2023, os municípios que estão sendo contemplados são: Bacabal, Pinheiro, Imperatriz, Trizidela do Vale, Grajaú, Mirador, Imperatriz, Balsas, Caxias, Gonçalves Dias, Codó, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Pindaré Mirim, Lago da Pedra, Santa Helena, Matinha, Vila Nova dos Martírios, Colinas, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba, Timon, Bom Jardim, Santa Inés, Pedro do Rosário. Informou que já foram doadas uma quantia de 1558 equipamentos de 2020 a 2021. Descreveu os equipamentos que foram doados durante o projeto. Mostrou também algumas fotos das ações do programa, e informou que o projeto tem uma parceria com o corpo de bombeiros do qual é o corpo de bombeiros que ministra treinamentos para os brigadistas, assim como as palestras. Quanto ao boletim de monitoramento de queimadas, pontuou que o boletim é feito através da Superintendência de Recursos Florestais, onde é analisado os focos nos municípios, por bioma, por unidade de conservação e também por terras indígenas. Pontuou que nem todo foco de calor é uma queimada ou incêndio florestal, e que um incêndio florestal pode ter vários focos de calor. Quando detectado,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

esses boletins são encaminhados para a equipe de fiscalização da SEMA, se detectado que está dentro de algum imóvel que tenha processo administrativo dentro da SEMA, esse boletim também é encaminhado para dentro do processo, sendo licenciamento, e rapidamente a licença que foi expedida é cancelada. Os boletins são expedidos e encaminhados também para o corpo de bombeiros. Apresentou também o boletim de monitoramento de Autorização de Supressão de Vegetação – ASV, onde o primeiro passo é identificar onde tem uma feição de desmatamento, essa feição é contabilizada quando hectares foram desmatados dentro do software QGIS, e encaminha para a fiscalização e assessoria jurídica para que seja autuado e contabilizado a multa e todo o processo. Pontuou também que ainda recebem as denúncias via SIGEP, com isso, toda denuncia de conflito socio ambiental são encaminhados para a superintendência de recursos florestais, e é gerado uma manifestação técnica com todas as informações e apurações para saber se realmente ocorreu o desmatamento ilegal naquela determinada área, se sim, são geradas as coordenadas e a quantificação da área que foi desmatada e encaminhada para a assessoria jurídica e à superintendência de fiscalização para realizarem as providencias cabíveis. E informou que essas são apenas algumas das ações. Agradeceu a todos.

17. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, sugeriu que fosse aberto para manifestação, em caso de dúvidas ou observações, somente após a finalização das outras três apresentações. Colocou para aprovação do plenário, sendo aprovado por unanimidade. Passou a palavra para a servidora Camilla de Sousa Viegas Barros, Gestora do FEMA.
18. A servidora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, agradeceu a apresentação da Juliana Karolliny da Silva Ferreira e informou que a próxima apresentação seria da pasta da Superintendência de Economia Verde. Passou então a palavra ao representante da Pasta.
19. O Servidor **CLAUDIO MARCOS C. CUTRIM**, apresentou-se e iniciou apresentando o Programa Maranhão Verde o qual foi instituído pela Lei Estadual nº 10.595/2017 e regulamentado pelo Decreto nº 32.969/2017, com o objetivo de fomentar e desenvolver projetos voltados para apoio à conservação e recuperação ambiental. Informou que no Art. 2º O Programa Maranhão Verde abrange as seguintes atividades e projetos, sem prejuízos de outras atividades necessárias: I - capacitação da população local; II - produção de mudas de espécies nativas; III - preservação, restauração, recomposição e recuperação de áreas; IV - monitoramento e avaliação ambiental. Pontuou que o Programa Maranhão



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Verde tem por objetivos incentivar e promover a recuperação e conservação dos ecossistemas; incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação e recuperação dos recursos naturais nas áreas definidas. Apresentou o eixo Pró-Campos, onde informou que o mesmo iniciou em julho de 2021 e em junho de 2023 está finalizando. Os municípios contemplados por esse eixo são os municípios da Região Amazônica Maranhense: Pinheiro, Penalva (área quilombola), Palmeirândia e Santa Helena. O objetivo da expansão do Programa Maranhão Verde e para os Municípios da APA da Baixada Maranhense. O projeto terá duração de 24 meses, com o pagamento das bolsas ocorrem de forma bimestral totalizando 12 bolsas por beneficiários no valor de R\$ 300,00. Apresentou as capacitações técnicas obrigatórias realizadas do projeto “maranhão verde pro-campos”, sendo: I - Capacitação Técnica - Apresentação do Programa; II - Capacitação Técnica - Coleta de Sementes; III - Capacitação Técnica - Educação Ambiental e Empreendedorismo; IV - Capacitação Técnica - Uso de Adubos e Substratos para Produção de Mudas; V - Capacitação Técnica - Manejo de Mudas no Viveiro; VI - Capacitação Técnica – Noções de Reflorestamento; VII - Capacitação Técnica – Noções sobre uso Sustentável do Solo; VIII - Capacitação Técnica – Noções Sobre o Uso Sustentável da Água e Seu Reaproveitamento. Foram 400 beneficiários capacitados; 16.704 mil mudas plantadas; 22,5 hectares em processo de recuperação; 10 bolsas pagas no valor de 300 reais. Apresentou também o eixo “Mais Conservação e Sustentabilidade”, onde os municípios contemplados são os Municípios da Região Amazônica Maranhense: Alto Alegre do Pindaré, São Bento, Turilândia, Peri Mirim, Mirinzal, Pindaré Mirim. O objetivo da expansão do Programa Maranhão Verde e para os Municípios da APA da Baixada Maranhense e Região do Pindaré. O projeto terá duração de 24 meses, com o pagamento das bolsas ocorrem de forma bimestral totalizando 12 bolsas por beneficiários no valor de R\$ 300,00. Apresentou as capacitações técnicas obrigatórias realizadas do projeto “Maranhão Verde Mais Conservação e Sustentabilidade”, sendo I - Capacitação Técnica - Apresentação do Programa; II - Capacitação Técnica - Coleta de Sementes; III - Capacitação Técnica - Educação Ambiental e Empreendedorismo; IV - Capacitação Técnica - Uso de Adubos e Substratos para Produção de Mudas; V - Capacitação Técnica - Manejo De Mudas No Viveiro; VI - Capacitação Técnica – Noções de Reflorestamento; VII - Capacitação Técnica –



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Noções Sobre uso Sustentável do Solo; VIII - Capacitação Técnica – Noções Sobre o uso Sustentável da Água e seu Reaproveitamento. Foram 600 beneficiários capacitados e 6 bolsas pagas no valor de 300 reais. Finalizou a apresentação mostrando algumas fotos das ações realizadas.

20. A Gestora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, agradeceu a apresentação do servidor Claudio Marcos C. Cutrim e informou que a próxima apresentação seria do senhor Leonardo de Jesus M. Viana da pasta da Superintendência de Recursos Hídricos. Passou a palavra.
21. O Superintendente **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, apresentou-se e iniciou a apresentação pontuando que o Órgão Gestor, coordenador e de planejamento do Sistema SEMA prestará apoio e suporte de natureza técnica e operacional ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, atuando no Plano Estadual de Recursos Hídricos; Critérios de Outorga, Cobrança, Criação de Comitês; Câmaras e Grupos Técnicos. Informou da inclusão dos Comitês de Bacias Hidrográficas, sendo Mearim (2013); Munim (2013); Preguiças-Periá (2021); Turiaçu (2021); Rio das Balsas e Afluentes Maranhenses do Alto Parnaíba (2021) e Parnaíba (em processo). Pontuou que dentro da Superintendência de Recursos Hídricos é ligada à Secretaria Adjunta de Licenciamento e dentro dela há três Supervisões: Supervisão de Gestão e Planejamento; Supervisão de Outorga, Cobrança e Fiscalização; Supervisão de Gestão Participativa. A Superintendência de Recursos Hídricos foi criada pela Lei Nº 10.107, de 25 de junho de 2014 que estabelece as suas atribuições dentro da SEMA e faz também a subdivisão. Na Supervisão de Gestão e Planejamento: Sistematizar as informações referentes ao uso, oferta e preservação dos recursos hídricos, com vistas à elaboração de estudos e planos para promover o seu gerenciamento e uso racional; Supervisão de Outorga, Cobrança e Fiscalização: Executar, acompanhar e fiscalizar as ações relacionadas ao uso dos recursos hídricos, aplicando os critérios de gerenciamento do uso, da qualidade e da conservação das águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado do Maranhão; Supervisão de Gestão Participativa: Estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a instalação e o funcionamento de colegiados, como os comitês de bacias hidrográficas e conselhos, de forma descentralizada, integrada e participativa, incentivando a adoção de práticas de uso racional e conservação da água. Apresentou a equipe que compõe a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. Apresentou também a área de atuação dentro do estado do Maranhão. Pontuou sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, sendo a Lei nº 8.149/2004 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Integrado de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Minuciou sobre os instrumentos da política, que cabe a estes instrumentos a condução e cumprimento das estratégias econômicas e preservação dos recursos hídricos, sendo os instrumentos: Planos de Recursos Hídricos; Planos Diretores de Bacia Hidrográfica; Enquadramento dos corpos de água em classes; Outorga dos direitos de uso; Cobrança pelo uso; Sistema Estadual de Informações; Programas destinados à capacitação; Campanhas Educativas; Cadastro Estadual de usuários; Fundo Estadual de Recursos Hídricos; Aplicação de penalidades. Apresentou também o Plano Estadual de Recursos Hídricos, onde informou que iniciou em 2015 e finalizou em 2021, sendo este um plano diretor e que objetiva fundamentar e orientar à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, tendo como conteúdo: Inventário e diagnóstico; balanço entre disponibilidades e demandas; programas e projetos; prioridades para outorga; diretrizes e critérios para cobrança, entre outros. Pontuou também sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos que em 2023 tem um primeiro horizonte de metas, onde há 43 metas e dessas 43, 34 já foram executadas. Pontuou que o plano tem diretrizes, programas e metas, e que irá priorizar ações para execução e acompanhamento, ou seja, um planejamento estratégico. Informou que no ano de 2022 retornaram o enquadramento das 5 Bacias de São Luis, sendo: Rio Anil; Rio Pedrinhas, Rio Tibiri, Rio Ribeira; Rio Bacanga, dessas 5 bacias tinham sido proibidos de outorgar, devido à má qualidade da bacia e também o Ministério Público entrou com uma ação junto a SEMA para proibir de outorgar nessas bacias. Informou quanto ao status do enquadramento, sendo: Formação de Grupo de Trabalho SEMA; Reformulação da Comissão Técnica Interinstitucional de Trabalho para Enquadramento Atualização da Minuta do Plano de Ação para efetivação do Enquadramento; Audiência entre: SEMA, MPMA E TJ para alinhamentos de acordos para voltar a outorgar. Apresentou o relatório SIGLA do qual informada a quantidade de Outorgas de Uso de Recursos Hídricos emitidas no ano de 2022, sendo no total de 1331. Apresentou sobre o gráfico de distribuição de outorga, dando ênfase à Bacia do Tocantins e do Itapecuru. Informou também que utilizam o Cadastro de Usuários - CNARH40 – ANA, para controle de vazão, sendo destinado ao cadastramento de interferências nos corpos hídricos de responsabilidade dos Estados. Sua utilização é feita por pessoas designadas pela administração de cada um dos Estados. Pontuou também sobre Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO, do qual fomenta financeiramente a gestão de recursos hídricos do estado, principalmente no quesito de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

outorgas. Informou que em 2011, obteve-se uma nota de 88,4% de 100% do programa, ou seja, a SRH conseguiu bater uma meta de 88,4% e em 2023 tem o objetivo de aderir ao 3º Ciclo do PROGESTÃO. Pontuou também sobre o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, do qual se trata de um programa de fomento aos comitês de bacias hidrográficas, que no estado, dos 7 comitês de bacias hidrográficas do estado, somente dois fazem parte do programa, pois na época que o PROCOMITÊS foi criado, somente dois comitês existiam, sendo o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Munim e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mearim. Informou que no ano de 2021 as metas foram integralmente atendidas, ou seja, 100% das metas foram batidas. Informou que as expectativas para o ano de 2023 são executar o plano de recursos hídricos (planos, projetos e ações); operacionalização do fundo estadual de recursos hídricos; fortalecimento do órgão gestor; continuidade no enquadramento dos corpos hídricos do estado. Agradeceu a todos.

22. A Gestora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, agradeceu a apresentação do Superintendente Leonardo de Jesus M. Viana e informou que a próxima apresentação seria da servidora Julienny Cibelle de M. Chaves, representando a pasta da Superintendência de Resíduos Sólidos.
23. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES** saudou a todos e apresentou-se. Iniciou apresentando algumas das atividades da Superintendência de Resíduos Sólidos, sendo a primeira delas o Programa Ecobarreiras, onde trata-se de estruturas litigantes que tem o intuito de conter o aporte de resíduos flutuantes em rios, onde inicialmente foi aplicado na Unidade de Análise do bairro do Anil em São Luis/MA. O programa tem o objetivo de evitar o acúmulo excessivo de resíduos sólidos nos córregos dos rios. Fora feito diagnósticos no Rio Anil, Rio Calhau, Rio Pimenta e Rio Paciência. As ecobarreiras são estruturas que podem ser feitas de diversos materiais, passando por estruturas mais simples (bombonas plásticas de 5 litros, cordas, redes, abraçadeiras, e estacas de madeira), como materiais mais robustos (bombonas plásticas de 20 litros, tela de alambrado, cabo de aço, abraçadeiras, grampo para aço e tubos de metalon). Pontuou sobre outra atividade executada pela Superintendência, sendo o Workshop de Resíduos Sólidos, na cooperativa de catadores, onde fora implementado a SEMA Inclusiva, que tem por objetivo proteger o meio ambiente através da prevenção da poluição resultante das atividades por meio da prevenção, controle e minimização dos



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

impactos ambientais significativos. Foi aberto um edital de chamamento público do qual seriam selecionadas as cooperativas que se inscreveram, e dentro de um dos requisitos, haveria de ter a dispensa de licenciamento ambiental, sendo a cooperativa escolhida, todos os resíduos sólidos da SEMA seriam destinados à cooperativa classificada. Há também o Apoio de Cooperação Técnica x SEMA, onde há a condução de acordos de cooperação técnica entre: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e ABNT, onde o objetivo do Acordo de cooperação Técnica é o desenvolvimento de ações integradas visando ao aprimoramento do controle, proteção e conservação ambiental, especialmente quanto à gestão de resíduos sólidos e licenciamento ambiental de atividades e empreendimento. Há também a parceria entre a POIATO e a SEMA, onde fora desenvolvido amostra de “bituqueiras” espalhadas em Feiras, Parques ecológicos, Arraiais de festas juninas e Shoppings Centers. Há também as Vistoria técnica aos Lixões dos municípios – Termos de Referências do PGIRS, urgências e denúncias, visitas em hospitais - RDC nº33/2003. Outra atividade desenvolvida é o diálogo com a ABNT, onde houve a assinatura do Termo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, houveram também intercâmbios, capacitações e acesso às normas. Quanto aos Instrumentos Técnicos, Elaboração de Planos, Programas, Projetos e Ações. Das atividades em andamento: Construção do Termo de Referência de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Recicláveis e Hospitalares para a Elaboração de Planos, Programas, Projetos e Ações. São acordos formados entre as SEMA/ ABNT, para que possa executar atividades de intercâmbios, capacitações, na gestão de resíduos sólidos e na melhoria dos serviços prestados pelo estado do Maranhão. Quanto ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos, informou que foi finalizado em janeiro de 2023 e houveram algumas atualizações, sendo: Tabulação de Dados; Atualização da Legislação; Organização de MAPAS; Inclusão de Metas e Indicativos; Resíduo Étnico - Aldeias Indígenas. Pontuou também sobre Logística Reversa, onde trata-se da área da logística com foco no retorno de materiais já utilizados para o processo produtivo, visando o reaproveitamento ou descarte apropriado de materiais, com destinação final ambientalmente adequada. Relacionando ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305/10, que dispõe princípios, objetivos e instrumentos relacionados com o manejo de resíduos sólidos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento desse material, entre outros aspectos. Pontuou que os órgãos públicos e as empresas privadas devem promover ações de redução no volume de resíduos sólidos e rejeitos, diminuindo também os impactos à saúde humana e



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

ao meio ambiente. Implantar uma política de logística reversa é uma obrigação. Estamos falando de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: Agrotóxicos; Pilhas e baterias; Pneus; Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; Produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Pontuou que possuem o objetivo de Entregar a Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLA, para Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis. O documento vai estabelecer critérios para a não exigência de licença ambiental às associações e cooperativas de catadores em suas atividades de recebimento, prensagem, enfardamento e armazenamento temporário de resíduos sólidos recicláveis, tais como papel, metal, plástico e vidro, além de óleo vegetal e gordura residual. Informou também que foi criado o Decreto de Regulamentação da Logística Reversa Lei - 11.326/2020, a construção do Decreto foi realizada com a SGR - SEMA, Jurídico e MP do Meio Ambiente / PGE, Estão sujeitas a este Decreto as pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que fabriquem, forneçam, adquiram, possuam, importem, comercializem, ou, de qualquer forma, distribuam ou entreguem a consumo produtos que, após uso pelo consumidor, geram resíduo sólido, no âmbito do Estado do Maranhão - Economia Circular. Explanou sobre a estratégia de fechamento de lixões e realizou um panorama de fiscalizações, comparando o ano de 2021 e 2022, sendo em 2021 foram 7 municípios fiscalizados, 0 autos de infração, 0 autos de intimação e R\$ 0 de multas aplicadas. Já em 2022, foram 10 municípios fiscalizados, 7 autos de infração, 3 autos de intimação e R\$ 750.000,00 de multas aplicadas. Informou também sobre as capacitações feitas, sendo uma delas a Gestão de Resíduos Sólidos nas Aldeias. Apresentou também o Projeto com a Universidade Alemã – PROMARES, onde estão sendo desenvolvidos os Reciclagem de nutrientes; Resíduo Marítimo - Parceria Lixo Marinho, UEMA, SEAP e PL Deputado Pedro Fernandes; Economia Circular - programa de subvenção de resíduos plásticos no Mar. Pontuou que o principal ponto positivo é a economia circular e gestão descentralizada de resíduos insulares e capacitações de ribeirinhos, pescadores e apenados. Finalizou sua apresentação.

24. O Vice Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu aos servidores e suas apresentações. Abriu para manifestações e pontuou sobre o tempo de fala que consta no Regimento Interno, sendo de 5 minutos, para se atentarem.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

25. O Conselheiro **LUCIANO SANTOS PINHEIRO**, pontuou que existe algumas perguntas a respeito do funcionamento de questões ambientais. Pontuou que seria interessante que o plenário tivesse acesso aos documentos de educação ambiental que foram apresentados e também verificar se há algum tipo de necessidade não atendida e expandir o conteúdo de educação ambiental, e que tal sugestão fosse levada à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.
26. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que há sim a Câmara Técnica de Educação Ambiental e que já está sendo trabalhado nela um projeto para inserção de mais ações no PPA (Plano PluriAnual). Informou que houve reunião no dia anterior a reunião vigente e que na próxima reunião da Câmara Técnica será apresentado um projeto pela Superintendência de Educação Ambiental e após isso será apresentado ao plenário, de acordo com a decisão da Câmara Técnica. Informou em relação aos materiais que podem ser encontrados no site da SEMA, mas se os conselheiros quiserem, a mesma pode fazer uma solicitação para cada Superintendência encaminhar e depois reencaminhar para os conselheiros. Convidou os representantes das Superintendências que apresentaram para que compusessem a mesa para direcionamento das perguntas.
27. O Vice Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou que o que fora apresentado é apenas uma parte do que a SEMA realiza. Informou também que a SEMA está de portas abertas para todos, caso precisassem de mais esclarecimentos.
28. O Conselheiro **FRANCESCO CERRATO**, cumprimentou a todos e questionou sobre a apresentação do Controle de Queimadas e Desmatamento, se há alguma ação relacionada a viabilizar a formação das reservas particulares do patrimônio natural e se faz parte da pasta da Superintendência de Recursos Florestais. Pontuou que acha muito interessante todas as ações para controle de desmatamento, mas que considerando o contexto que se vive no estado do Maranhão, precisaria também dar uma prioridade ao empreendedor que tem uma área que quer doar para preservar. Com isso, o mesmo pontuou que gostaria de entender melhor como isso poderia ser facilitado. Quando à apresentação de resíduos sólidos, pontuou que uma das responsabilidades da Superintendência de Resíduos Sólidos é a fiscalização dos lixões municipais, eventualmente eles são encerrados, com isso, questionou se no Fundo Estadual de Meio Ambiente é previsto algum recurso para recuperação desses lixões.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

29. A servidora **JULIANA KAROLLINY DA SILVA FERREIRA**, pontuou que tal questionamento não faz parte das suas competências com a pasta de desmatamento e queimadas, e que a Superintendente do setor saberia esclarecer melhor tal dúvida e o convidou para estar indo a SEMA e pedir tais esclarecimentos.
30. O Vice Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou que quanto à reserva de patrimônio, informou que a SEMA está retomando muita coisa que estava parada e fazendo uma revisão nos normativos, falou também que agora é a oportunidade de retornar isso, pois quanto mais parceiros houver, melhor. Pontuou que no programa Maranhão Sem Queimadas estão conseguindo obter muitas parcerias com grandes empreendedores do estado, com a doação de EPI'S e etc. Pontuou sobre a reserva de patrimônio, que é o momento de retomar essas tratativas e que levem as suas demandas à SEMA pois estarão disponíveis para atender.
31. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES** pontuou que em relação ao encerramento dos lixões foi cobrado dos municípios os PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada), e o setor tem como projeto utilizar nestes locais a recuperação e a implantação da agricultura, e através da agricultura, envolver as comunidades próximas que precisam se subsidiar desta agricultura. Com relação ao FEMA, a mesma informou que não há nada aplicado, mas que é uma proposta muito interessante.
32. O Conselheiro **FRANCESCO CERRATO**, questionou se o município elabora e executa o PRAD.
33. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, confirmou que sim, e esclareceu que é cobrado do município o PRAD e a SEMA auxilia o município com a implementação do projeto.
34. A Gestora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, complementou informando que atualmente não há um recurso voltado para a ação de Encerramento e Recuperação dos Lixões, mas estão no processo de elaboração do novo PPA que encerra no ano vigente e que haverá o processo de elaboração do PPA 2024-2027 e que pode levar como sugestão para o secretário a inserção da Ação de Encerramento e Recuperação dos Lixões.
35. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, passou a palavra para o conselheiro Ronald Henrique Gomes Chaves.
36. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, deu boas vindas ao Vice- Presidente e questionou a respeito do Programa Maranhão sem queimadas e perguntou se há algum mapeamento



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

feito por áreas e questionou também quais dessas áreas mais apresentou pontos de queimadas. Questionou sobre o Programa Maranhão Verde, sugeriu que fosse criando um programa voltado para o litoral ocidental do maranhense, voltada especificamente para os manguezais. Passou também sobre os resíduos sólidos, e questionou sobre a devolutiva em relação a educação ambiental no quesito resíduos sólidos e questionou o que a Superintendência de Resíduos Sólidos estão elaborando, no quesito educação ambiental, principalmente na educação ambiental.

37. A servidora **JULIANA KAROLLINY DA SILVA FERREIRA**, agradeceu a contribuição do conselheiro, e pontuou que o levantamento trazido seria um dos pontos que gostariam de incluir no Programa de Combate a Desmatamento e Queimadas, pois já estava querendo incluir o eixo indígena. Pontuou que o entrave seria as divisões de competências entre o governo estadual e federal, com isso a solução que encontraram foi levar apontamentos das comunidades indígenas para saber qual era a opinião deles em relação a isto. Com relação as divisões de áreas, pontuou que é feito sim uma análise e monitoramento nas áreas de competência estadual, mas está querendo incluir o levantamento que o conselheiro pontuou dentro do Plano de Desmatamento e Queimadas, já que o mesmo está passando pelo processo de atualização.
38. O Servidor **CLAUDIO MARCOS C. CUTRIM**, relacionado ao apontamento trazido pelo conselheiro, informou que para a reentrância ainda não há proposta relacionada a um projeto do Maranhão Verde para as áreas da reentrância maranhenses, mas nas gestões anteriores foram discutidos sobre e informou que irá levar tal proposta para a nova gestão para verificar se há a possibilidade de contemplação dessas comunidades nas áreas dos manguezais.
39. A Servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, em relação ao levantamento feito pelo conselheiro, pontuou que o objetivo da superintendência de resíduos sólidos agora era publicar o Plano de Resíduos Sólidos na 1ª Feira de Meio Ambiente do Estado que ocorrerá em junho. Em relação à educação ambiental nas comunidades ribeirinhas, informou que possuem o referido projeto dentro da Superintendência de Resíduos Sólidos.
40. O servidor **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, com relação aos planos de bacias, informou que no momento não há recursos disponibilizados diretamente para elaboração dos planos de bacias mas que estão elaborando um termo de referência para ser disponibilizado materiais para equipar os comitês de bacias com materiais de informática, de escritório e etc. Posterior a isso, pontuou que irá



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

trabalhar primeiro em um estudo hidrológico para o estado todo, pois o estado não possui tal estudo para identificarem a quantidade de vazão das bacias como um todo. Informou também que possuem pretensão de buscar parcerias para elaboração dos planos das bacias do estado.

41. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, pontuou que a SEMA possui algumas outras prioridades de ações e que os planos deveriam entrar em tal prioridade.
42. O superintendente **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, complementou que a política de recurso hídrico ainda está engatinhando, com isso pontuou que não adiantar ter pressa e fazer coisas que não estão dentro dos padrões.
43. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou que a SEMA está com uma preocupação muito grande em relação ao fortalecimento dos comitês e na criação de novos. Pontuou que tiveram uma reunião com os representantes dos Comitês de Bacias do Rio Munim e Mearim e os mesmos informaram que estão precisamos de muitos materiais básicos para trabalho e com isso, a SEMA já está em processo de fornecer o básico para que deem prosseguimento nos trabalhos.
44. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, declarou encerrada as inscrições da fala e passou a palavra para o conselheiro Walter Luís Muedas Yauri.
45. O Conselheiro **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, cumprimentou a todos e informou que é representante da UFMA na parte acadêmica e com isso, questionou qual seria a fonte que alimenta o Fundo Especial de Meio Ambiente (FEMA) e questionou também como seria dividido o fundo para cada superintendência, se é por prioridade e etc., e pediu também para que mencionassem às superintendências que estavam faltando na reunião, pois presentes só haviam. Parabenizou a todos que fizeram as apresentações e pontuou sobre uma questão que considera fundamental: parceria, comunicação e integração. Pontuou que são três palavras chaves que não estão sendo usadas de forma efetiva. Quando à parceria, pontuou que os comitês de bacias hidrográficas são os representantes da sociedade perante o meio ambiente que corresponde a área geográfica da bacia. Informou que até hoje o Programa Maranhão Azul não considera a Bacia do Rio Pindaré que é separado do Rio Mearim. Informou que já está na terceira reunião do Comitê do Rio Pindaré do qual pertence a 5 anos do processo de criação. Pontuou que o empossamentos dos representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré ainda não fora feito e sugeriu que seria interessante colocar como



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

prioridade pela SEMA. Quando à integração, pontuou que precisam de integração com os Comitês, pois os mesmos sabem o que está acontecendo em cada área, com isso falta integração para desenvolver problemas ambientais, pois não dá para resolver tais questões, em um estado tão grande que é o Maranhão, com uma equipe de 19 pessoas, mas que para resolver tais problemas precisa haver integração entre os entes envolvidos. Com isso, sugeriu que a SEMA crie Comitê Gestor de Integração, tendo uma reunião uma vez por mês nos diferentes Comitês de Bacias. Pontuou também sobre resíduos sólidos, onde ponderou que se não houver empresas que processem os resíduos sólidos, sempre existirá o problema ambiental de lixo, com isso, sugeriu que deva ter incentivo fiscal para montar as empresas que se beneficiam com plástico, latas, vidro, com resíduos orgânico e etc. Pontuou que tais empresas não existem no Maranhão, só existem cooperativas, que são compostas por pessoas que não conseguiram trabalho na sociedade.

46. A Gestora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, esclareceu que há o PPA 2020-2023 e dentro desse PPA juntamente com o Secretário e as Superintendências, fazem reuniões e elaboraram o PPA com base nessas reuniões e na prioridade de cada superintendência. Pontuou que as outras 5 superintendências que não se fazem presentes são as Superintendências de Educação Ambiental, Fiscalização, Biodiversidade e Áreas Protegidas, Planejamento e a de Monitoramento. Pontuou que irão iniciar a elaboração do novo Plano Plurianual, e todas as ações que estão fazendo devem ser baseadas no plano. Sugeriu que podem até colocar em pauta as sugestões que todos possuem para ser levado para o Secretário e para as Superintendências as sugestões que seriam as prioridades para ser colocado no novo plano para que assim sejam executadas essas ações.
47. O servidor **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, pontuou que em relação ao que o Conselheiro trouxe sobre o Comitê do Rio Pindaré, realmente ficou faltando na apresentação e pediu desculpas pelo erro. Pontuou que após um longo processo democrático, no início do ano de 2023, o governador assinou a posse dos comitês e tem em vista o Secretário dar a posse aos representantes dos Comitês.
48. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou que quanto à posse dos representantes dos Comitês, já está na programação tal demanda. Pontuou sobre a aproximação da Secretaria juntamente às comunidades e entidades do estado, exemplificou que foi muito positiva a presença da SEMA na Agrobalsas e que houve essa aproximação, e identificou há uma necessidade muito grande de repasse de informação e também dessa aproximação.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

49. A gestora **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, esclareceu também em relação a dúvida do fundo, informou que vem do licenciamento, das multas da fiscalização e da dívida ativa. Passou a palavra para o conselheiro Jaime Garcia Siqueira Junior.
50. O Conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, pontuou primeiramente que o que os pontos que levantaria seriam referidos às questões indígenas. Pontuou primeiramente sobre o motivo pelo o qual os representantes indígenas não comparecem às reuniões se dá devido a demora no recebimento das diárias. Considerou relevantes as apresentações das superintendências quanto as suas ações e atividades, e sugeriu que deva ser periódico. Questionou, quanto aos recursos florestais, se existe alguma relação/ integração com o PPCDAm a nível federal, ou com o Prevfogo nas ações que a Superintendência de Recursos Florestais. Questionou também se fazem algum atendimento em terras indígenas e também como seria a questão do monitoramento de conflitos. Quanto ao Maranhão Verde, questionou sobre o motivo do qual não mencionou o Eixo Indígena em sua apresentação. Quanto aos recursos hídricos, pontuou a implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas seja uma ação estratégica no ponto de vista ambiental para o estado. Questionou se não existe alguma fiscalização de outorga ou se é auto declaratória.
51. A servidora **JULIANA KAROLLINY DA SILVA FERREIRA**, pontuou que de fato não tem tal integração com o Prevfogo, mas que tem como base a agenda do Prevfogo para os projetos. Já em relação aos conflitos socioambientais, pontuou que não é todo e qualquer conflito, mas por exemplo denúncias que chegam via ouvidoria, denuncia de comunidades e terras indígenas, anexam via processo no SIGEP, tais denúncias são direcionadas para a Superintendência de Recursos Florestais, especificamente para a pasta de Supervisão de Combate e Controle de Desmatamento e Queimadas. Pontuou também que sobre o PPCDAm, que utiliza sim como base para o processo de atualização do PPCDQ, e pontuou que é importante que as políticas do estado estejam de acordo com as políticas nacionais ambientais.
52. O servidor **CLAUDIO MARCOS C. CUTRIM**, respondendo o questionamento do conselheiro, informou que a SEMA participou de toda a parte inicial juntamente à SEDIHPOP, mas infelizmente, no momento da execução na parte de conservação, a SEMA não conseguiu participar. Com isso, só ficou a SAF com a o Programa Maranhão Verde – Eixo Indígena.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

53. O servidor **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, respondeu quanto o questionamento sobre outorgas, pontuando que é complicado cobrir o Maranhão inteiro com fiscalizações de usuários de água. Pontuou que agem por meio de denúncias, através do Ministério Público, por meio de denúncias presenciais, por telefone e etc., e com isso averiguam os casos de usuários utilizando o recurso hídrico indevidamente, além disso possuem uma série de critérios dentro da SRH para outorgar o usuário.
54. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, pontuou que quanto às vistorias, informou que a Superintendência de Resíduos Sólidos atua por meio de denuncia via SIGEP e demandas do Ministério Público nos lixões municipais e em área de descarte inadequado de resíduos, e mediante a situação, multam e autuam o município. Esclareceu também em relação aos indígenas, informando fazem capacitações e vistorias na questão do descarte inadequado de resíduos.
55. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, esclareceu a respeito das diárias informando que o trâmite mudou um pouco, pois agora além da Casa Civil passa também pela SEPLAN. Pontuou que a Secretaria Executiva tenta solicitar com maior antecedência possível, mas que mesmo assim o processo permanece lento. Pontuou que a informação que foi passada é que em breve vai sair uma regulamentação para agilizar esse fluxo, com isso espera-se que nas próximas reuniões tal ponto já esteja resolvido.
56. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, pontuou que tal problemática não está acontecendo somente na SEMA e sim um problema geral no estado justamente por conta da mudança de fluxo dos processos. Passou a palavra para o conselheiro Francisco das Chagas Sousa.
57. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, pontuou que o conselho precisa estar atento ao PPA. Pontuou também que não tão somente o conselho, como também a Sociedade Civil Organizada, para a execução futura da política pública. Pontuou que não há impeditivo legal para que sejam implementadas algumas políticas importantes nos territórios indígenas, e que 85% da biodiversidade do estado ainda é mantida pelos territórios indígenas e que com isso é fundamental a política de resíduos sólidos, a política de gestão territorial, a política de queimadas nos territórios indígenas. Lembrou que em 2015, assim que chegou na SEDIHPOP, houve a maior queimada do estado na terra indígena Arariboia, e se não fosse a intervenção do governo do Maranhão, todo o território teria sido consumido pelas queimadas. Em relação à política de recursos hídricos, pontuou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

sobre a não celeridade quanto essa política. Pontuou que o decreto de posse saiu em fevereiro, mas até o presente momento os representantes não foram empossados e que a eleição do Comitê de Bacia do Rio Itaipuru também ainda não fora realizada. Pontou que há a necessidade de haver essa escuta pública com os indígenas. Pontuou que é necessário estar atento aos planos estaduais que dizem o que o estado do Maranhão deve fazer pelos povos indígenas e outros povos tradicionais do estado.

58. O Representante do BPA, **AUGUSTO FONSECA**, solicitou que compartilhassem dados referentes à atuação de cada representante e instituição, que tem relação com o meio ambiente. Questionou também o que está sendo feito visando o futuro, e quem deve ser visado o futuro sem esquecer o presente.
59. A servidora **JULIANA KAROLLINY DA SILVA FERREIRA**, pontuou que tem pensado bastante sobre a importância da inclusão das instituições, sendo elas públicas ou privadas, para que eles participem também e tomem conhecimento a respeito do desmatamento e das queimadas. Concordou com a fala do conselheiro referente ao que deva focar nos jovens.
60. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, informou que há ações de educação ambiental nas escolas e que foi implementado também a coleta seletiva com a capacitação com crianças, além da inserção de hortas nas escolas.
61. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou informando que o Tenente Fonseca fez um apelo não tão somente à SEMA, mas também à todas as entidades presentes.
62. O Conselheiro **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, informou que o seu doutorado foi uma análise de 30 anos de desmatamento no Rio Pindaré. Pontuou que se dispõe a apresentar ao plenário desde que os representantes das Superintendências estejam presentes, pois é uma apresentação que os envolvem.
63. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu a disponibilidade do conselheiro para repassar tal informação. Abriu para manifestação.
64. O Conselheiro **LUCIANO SANTOS PINHEIRO**, sugeriu que as apresentações fossem feitas em uma reunião com o tempo maior.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

65. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, sugeriu que poderia ser agendado uma Reunião Extraordinária para tais apresentações. Questionou se todos estavam de acordo.
66. O Conselheiro **LUCIANO SANTOS PINHEIRO**, questionou se havia mais alguma sugestão de apresentação para ser apresentado na reunião.
67. O Conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, pontuou que na última reunião foi abordado sobre alterações no código florestal do estado e que tal assunto é interessante ser apresentação e um debate no CONSEMA.
68. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que foi falado na reunião passada pela conselheira Luzenice Macedo que ainda não fora publicado e que após publicação vai ser feito uma apresentação. Passou a palavra.
69. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, pontuou que dentre todos os anos que tem trabalhado na causa ambiental, não vê mudanças palpáveis e factíveis. Questionou qual a participação na conservação dos recursos hídricos, a partir dos vários usuários de usuários de água. Explanou que gostaria de uma ação concisa em relação aos trâmites do estado para o meio ambiente, pois o plenário está ali pelo interesse do estado e das populações que acreditam em seus trabalhos. Pontuou também que é importante que se dê o ponta pé inicial referente aos planos de bacia.
70. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, pediu para que o conselheiro não desanime da nova gestão, pois estão entusiasmados e não irão medir esforços para dar andamento nas demandas pontuadas pelo conselheiro.
71. O servidor **LEONARDO DE JESUS M. VIANA**, pontuou que entende a ânsia do conselheiro nessa luta, mas que com diálogo irá construir algo mais concreto. Pontuou que não adianta o Comitê não ter um local para se reunir, mas quer fazer um plano de bacias, com isso, é necessário primeiro o comitê ter uma estrutura mínima para funcionar corretamente e após isso partir para os próximos passos. Pontuou que dentro da Superintendência é uma prioridade fazer tal gestão participativa. Pontuou que não se faz política pública sem recurso, e com isso deve-se primeiro priorizar ações dentro da Superintendência de Recursos Hídricos. Convidou os conselheiros para participar da construção do PPA.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

72. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu todas as manifestações e passou para o próximo ponto da pauta, item 5 – Assuntos de Interesse Geral.
73. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, informou que nos dias 25 e 26 de maio em Teresina/PI esteve acontecendo a reunião da Diretoria Provisória do CBH do Rio Parnaíba, do qual faz parte do grupo de apoio do referido CBH. Informou também que ainda este ano será fechado o processo eleitoral do CBH do Rio Parnaíba e que a SRH juntamente com a Diretoria Provisória do CBH do Rio Parnaíba irá ter que realizar no mínimo 3 audiências públicas, uma em Balsas, outra em Timon, e a outra na região do baixo Parnaíba.
74. A Conselheira **ELAINE AMORIM CARVALHO**, questionou sobre a programação para a semana de meio ambiente.
75. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que está finalizando a programação e irá colocar nos grupos e pediu ao conselho para ajudar na divulgação.
76. A Conselheira **ELAINE AMORIM CARVALHO**, pediu para que no próximo ano, quando forem construir a pauta, chamar o conselho para participar de tal construção.
77. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que ainda dava tempo e que iria disponibilizar o contato de um dos responsáveis pela organização.
78. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, informou sobre sua participação na Comissão de Compensação Ambiental, onde tiveram 2 reuniões no mês, informou que em uma das reuniões houve uma proposição do qual seria a SEMA rever o seu organograma, seu sistema de constituição para que pudesse ter espaço para ter uma Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos e futuramente uma Agência de Recursos Hídricos no Maranhão. Informou também que o Fórum Interconselhos reativou suas ações, e que a prioridade nas discussões do referido fórum seria as ações voltadas para o PPA 2024-2027 que irá acontecer no dia 27/05/2023 no auditório da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e convidou os demais conselheiros. Sugeriu para inclusão de pauta na próxima reunião que a SEMA enviasse um convite à SAF para que pudesse apresentar o Projeto Amazônico de Gestão Sustentável – PAGES. Sugeriu também as apresentações das ações desenvolvidas pelo Fundo Especial de Meio Ambiental com relação ao orçamento. Sugeriu também que fosse marcado uma reunião extraordinária para discutir o PPA da SEMA. Sugeriu a



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

disponibilização das informações atualizadas da SEMA no grupo de *WhatsApp* do conselho. Sugeri que fizesse um grupo para que o conselho pudesse contribuir para a Semana de Meio Ambiente.

79. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que muita coisa está sendo feita na correria pelo fato da nova gestão ser recém-chegada na Secretaria, e que não saberia informar se o Conselho teria alguma participação na Semana de Meio Ambiente, mas que buscaria mais informações.
80. A Secretaria Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que a Assessoria de Comunicação estava presente e ciente da solicitação do conselheiro.
81. O Conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, pediu mais esclarecimento acerca da política florestal e se o CONSEMA ainda teria tempo para interferir em tal discussão ou se só será discutido posteriormente.
82. A Participante **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA**, esclareceu que primeiramente a Política Estadual Florestal passou 1 (um) ano dentro do plenário do CONSEMA, não se referindo ao atual triênio, mas que foi amplamente debatido no triênio anterior e logo após foi encaminhado à Assembleia Legislativa do qual irá correr no trâmite ordinário, onde é provável que será aberto audiências públicas e nesse momento poderão participar.
83. Não havendo mais manifestações, O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Eu, Hadina Bianca Cutrim Silva, copieei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Vice Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 25 de maio de 2023

ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO

Vice-Presidente do CONSEMA

LENNISE MARIA PASSOS PORTELA

Secretária Executiva do CONSEMA



Código Verificador: 37401838, Código CRC: EUYGZGYA

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 28/08/2023, às 17:45.

Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO

Código Verificador: 37401838, Código CRC: EUYGZGYA

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/fi/consulta-doc.xhtml>.